

Sumário

CAPÍTULO I ▶ ORGANIZAÇÃO NO TEMPO E NO ESPAÇO – CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	19
1. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	19
2. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA, O NOVO CPC E A REFORMA TRABALHISTA (L. 13.647/17)	21
3. VIGÊNCIA DA NORMA PROCESSUAL NO TEMPO.....	28
CAPÍTULO II ▶ DAS FONTES E INTERPRETAÇÃO DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	31
1. FONTES DO PROCESSO DO TRABALHO	31
2. INTERPRETAÇÃO DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO.....	33
CAPÍTULO III ▶ PRINCÍPIOS.....	37
1. INTRODUÇÃO	37
2. PRINCÍPIOS DE DIREITO PROCESSUAL COMUM QUE TÊM APLICAÇÃO NO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	38
2.1. Princípio da ação, da inércia ou da demanda	38
2.2. Princípio do impulso oficial.....	39
2.3. O direito fundamental à inafastabilidade do poder jurisdicional – O direito de ação.....	39
2.4. O direito fundamental ao devido processo legal	41
2.5. Princípio da adequação processual.....	43
2.6. Princípio da cooperação	45
2.7. Princípio da duração razoável do processo.....	47
3. PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS DO PROCESSO DO TRABALHO	48
3.1. Princípio da proteção.....	48
3.2. Princípio da informalidade.....	50
3.3. Princípio da conciliação.....	50
3.4. Princípio da celeridade	51
3.5. Princípio da simplicidade	51
3.6. Subsidiariedade.....	51
3.7. Princípio da oralidade.....	51
3.8. Função social do Processo do Trabalho.....	55
CAPÍTULO IV ▶ ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO.....	59
1. INTRODUÇÃO	59
2. BREVE ESCORÇO HISTÓRICO.....	59
3. ORGANIZAÇÃO.....	61
3.1. Do Tribunal Superior do Trabalho (TST)	62
3.1.1. Composição	62
3.2. Dos Tribunais Regionais do Trabalho (TRT)	65
3.2.1. Composição	65

3.2.2. Funcionamento	65
3.3 Juízes do trabalho	66
3.4. Órgãos auxiliares	69
3.4.1. Secretarias das Varas do Trabalho	69
3.4.2. Secretarias dos Tribunais Regionais do Trabalho	69
3.4.3. Dos Distribuidores	70
3.4.4. Oficiais de Justiça	71
3.4.5. Perito	72
3.4.6. Intérprete	72
3.4.7. Depositário e Administrador	73
CAPÍTULO V ► COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO	79
1. JURISDIÇÃO X COMPETÊNCIA	79
2. CLASSIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA	79
2.1. Absoluta x Relativa	79
3. COMPETÊNCIA TRABALHISTA	81
3.1. Da competência material da justiça do trabalho	83
4. DA COMPETÊNCIA TERRITORIAL	123
4.1. Exceções	124
5. DA COMPETÊNCIA FUNCIONAL	129
6. MODIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA	130
7. PRORROGAÇÃO DA COMPETÊNCIA	132
CAPÍTULO VI ► ATOS, TERMOS E PRAZOS PROCESSUAIS	145
1. ATO PROCESSUAL	145
1.1. Atos e fatos processuais	145
1.2. Atos das partes	148
1.3. Atos do juiz	149
1.4. Características dos atos processuais	150
1.5. Prática de atos processuais por meio eletrônico	152
1.5.1. Prática de atos processuais por fax	152
1.5.2. Peticionamento eletrônico	153
1.5.3. Dos documentos eletrônicos	155
1.6. Das notificações	156
2. TERMOS PROCESSUAIS	157
3. PRAZO PROCESSUAL	158
3.1. Conceito	158
3.2. Classificação dos prazos	158
3.2.1. Quanto aos destinatários	158
3.2.2. Quanto à sua origem	158
3.2.3. Quanto à possibilidade de dilatação	159
3.3. Renúncia de prazo	159
3.4. Suspensão e interrupção do prazo	159

3.4.1. Suspensão.....	159
3.4.2. Interrupção.....	160
3.5. Contagem do prazo processual.....	160
4. LOCAL DOS ATOS PROCESSUAIS.....	165
5. COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS.....	165
6. NULIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS.....	168
6.1. Classificação das nulidades.....	170
6.2. Princípios das nulidades.....	170
6.2.1. Princípio da Instrumentalidade das formas.....	170
6.2.2. Princípio da transcendência.....	170
6.2.3. Princípio da Convalidação ou da Preclusão.....	171
6.2.4. Princípio da economia processual.....	171
6.2.5. Princípio do interesse.....	172
6.2.6. Princípio da utilidade.....	172
CAPÍTULO VII ► PARTES, PROCURADORES E SUJEITOS PROCESSUAIS.....	183
1. CONCEITO DE PARTE.....	183
1.1. Sujeito processual x parte.....	183
1.2. Litisconsórcio.....	184
1.2.1. Classificação.....	184
1.2.2. Prazo em dobro para os litisconsortes com patronos diferentes.....	188
2. CAPACIDADE DE SER PARTE E CAPACIDADE PROCESSUAL.....	189
2.1. Menor emancipado.....	190
2.2. Representação e assistência.....	190
2.2.1. “Representação” do empregado.....	190
2.2.2. “Assistência” por advogado.....	191
2.2.3. Representação na reclamatória plúrima e na ação de cumprimento.....	192
2.2.4. “Representação” do empregado adolescente.....	192
2.2.5. Representação das Pessoas Jurídicas.....	194
3. CAPACIDADE POSTULATÓRIA.....	195
4. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	199
4.1. Honorários antes da Lei 13.467/17.....	199
4.2. Honorários após a Lei 13.467/17.....	201
4.2.1. O novo regramento.....	201
4.2.2. A aplicação da lei no tempo.....	204
5. MANDATO.....	209
5.1. Condições de validade do mandato.....	211
6. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL.....	213
6.1. Características da substituição processual.....	213
6.2. Substituição processual no processo do trabalho.....	215
7. SUCESSÃO PROCESSUAL.....	217
8. DEVERES DAS PARTES NO PROCESSO.....	217

9.	INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	220
9.1.	Efeitos da intervenção	220
9.2.	Cabimento da intervenção de terceiros no processo do trabalho	221
9.3.	Das formas de intervenção	221
9.3.1.	Assistência	221
9.3.2.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	223
9.3.3.	Intervenção do <i>Amicus Curiae</i>	227
9.3.4.	Denúnciação à lide	228
9.3.5.	Chamamento ao processo	228
CAPÍTULO VIII ► AÇÃO, PROCESSO E PROCEDIMENTO		237
1.	AÇÃO X PROCESSO	237
1.1.	Conceitos iniciais	237
1.2.	Processo X Procedimento.....	238
2.	PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	239
2.1.	Generalidades	239
2.2.	Audiências.....	241
2.2.1.	Características	241
2.2.2.	Presença das partes em audiências.....	243
2.2.3.	Ausência das partes na audiência inaugural.....	243
2.3.	Procedimento em audiência	249
2.3.1.	Ausência das partes na audiência de instrução.....	250
2.3.2.	Audiência de instrução.....	251
3.	PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO	252
3.1.	Sentença	254
4.	PROCEDIMENTO SUMÁRIO OU DE ALÇADA	256
CAPÍTULO IX ► PETIÇÃO INICIAL		271
1.	CONCEITO E PREVISÃO LEGAL.....	271
2.	CLASSIFICAÇÃO	271
2.1.	Petição inicial verbal	271
2.2.	Escrita	272
2.2.1.	Reclamatória Plúrima	273
2.2.2.	Características da petição inicial escrita	273
2.2.3.	Requisitos	273
2.2.4.	Pedido.....	277
3.	ADITAMENTO DA PETIÇÃO INICIAL	277
4.	EMENDA DA PETIÇÃO INICIAL.....	278
4.1.	Natureza jurídica da decisão que indefere a petição inicial.....	280
5.	EFEITOS DA PETIÇÃO INICIAL	280
CAPÍTULO X ► DEFESAS DO RÉU		281
1.	GENERALIDADES.....	281

2. DEFESAS EM ESPÉCIES.....	281
2.1. Exceções	281
2.1.1. Suspeição e Impedimento.....	282
2.1.1.1. Procedimento das arguições de suspeição e impedimento.....	283
2.1.2. Exceção de incompetência	285
2.1.2.1. Procedimento na exceção de incompetência.....	285
2.1.2.2. Da natureza da decisão de exceção de incompetência	286
2.2. Contestação	288
2.2.1. Compensação e Retenção	290
2.2.1.1. Compensação	291
2.2.1.2. Retenção.....	292
2.2.2. Matérias que podem ser argumentadas depois da apresentação da Contestação	292
2.3. Reconvencão.....	293
2.3.1. Reconvencão x Pedido Contraposto x Exceção Substancial X Ação Dú- plice	293
2.3.2. Requisitos da Reconvencão.....	294
2.3.3. Procedimento	294
CAPÍTULO XI ► AUDIÊNCIA.....	303
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	303
2. CARACTERÍSTICAS.....	303
3. PRESENÇA DAS PARTES EM AUDIÊNCIA.....	304
4. AUDIÊNCIA NO PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	306
5. AUDIÊNCIA NO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO.....	307
6. CONCILIAÇÃO	307
CAPÍTULO XII ► PROVA NO PROCESSO DO TRABALHO.....	317
1. CONCEITO DE PROVA.....	317
2. PROVA X VERDADE.....	317
3. OBJETO DA PROVA.....	318
4. “MÁXIMAS DE EXPERIÊNCIA”	320
5. PRINCÍPIOS SOBRE PROVAS.....	323
5.1. Necessidade da prova	323
5.2. Contraditório e ampla defesa.....	323
5.3. Lícitude e probidade da prova	324
5.4. Oralidade	324
5.5. Aquisição processual da prova.....	324
5.6. Livre convencimento motivado do juiz.....	324
5.7. Busca da verdade.....	325
5.8. Lealdade processual e boa-fé	326
6. PROVA EMPRESTADA NO PROCESSO DO TRABALHO	326
6.1. Requisitos para a utilização da prova emprestada no processo do trabalho...	328
7. ÔNUS DA PROVA NO PROCESSO DO TRABALHO.....	328

7.1	Dinâmica de distribuição do ônus da prova	329
7.1.1.	Estática.....	329
7.1.2.	Dinâmica	329
7.2.	Prova dividida ou empatada	333
8.	PROVAS EM ESPÉCIE	334
8.1.	Prova testemunhal	334
8.1.1.	Generalidades	334
8.1.2.	Contradita	335
8.1.2.1.	Peculiaridades da contradita.....	335
8.1.2.2.	Momento processual para a arguição da contradita.....	336
8.1.3.	Número máximo de testemunhas.....	338
8.2.	Prova pericial	339
8.2.1.	Típos de perícia.....	341
8.2.2.	Indeferimento da prova pericial.....	341
8.2.3.	Indicação do perito e assistente técnico.....	342
8.2.4.	Honorários do perito.....	343
8.2.5.	Honorários do assistente técnico	344
8.3.	Prova documental	344
8.3.1.	CTPS.....	346
8.3.2.	Recibo de pagamento de salário.....	346
8.3.3.	Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho	346
8.3.4.	Momento para produção da prova documental.....	347
8.4.	Interrogatório e depoimento pessoal	347
9.	PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS	348
CAPÍTULO XIII ► TEORIA GERAL DOS RECURSOS TRABALHISTAS		359
1.	CONCEITO	359
2.	CLASSIFICAÇÃO	361
2.1.	Quanto ao objeto imediato	361
2.2.	Quanto à extensão do recurso.....	362
3.	PRINCÍPIOS	365
3.1.	Duplo grau de jurisdição.....	365
3.2.	Taxatividade.....	366
3.3.	Unirrecorribilidade ou singularidade.....	366
3.4.	Consumação.....	366
3.5.	Fungibilidade	367
3.6.	Dialeticidade.....	368
3.7.	Voluntariedade	369
3.8.	Não <i>reformatio in pejus</i>	369
3.9.	Irrecorribilidade imediata das interlocutórias	370
4.	EFEITOS RECURSAIS	374
4.1.	Devolutivo.....	374
4.2.	Suspensivo.....	376

4.3. Translativo	377
4.4. Regressivo.....	378
4.5. Expansivo.....	378
4.6. Substitutivo	378
5. ATOS PROCESSUAIS SUJEITOS A RECURSOS.....	379
6. PRESSUPOSTOS RECURSAIS	379
6.1. Juízo de admissibilidade	379
6.2. Dos poderes do relator – Art. 932 do CPC	381
6.3. Pressupostos intrínsecos ou subjetivos.....	382
6.3.1. Cabimento.....	383
6.3.2. Interesse recursal.....	383
6.3.3. Legitimidade	383
6.4. Pressupostos extrínsecos ou objetivos.....	385
6.4.1. Tempestividade	385
6.4.2. Regularidade de representação	388
6.4.3. Regularidade formal do recurso.....	390
6.4.4. Preparo.....	390
6.4.4.1. Custas processuais.....	390
6.4.4.2. Depósito Recursal.....	394
6.4.4.3. Hipóteses de isenção	399
6.4.4.4. Deserção.....	401
CAPÍTULO XIV ► RECURSOS TRABALHISTAS EM ESPÉCIES	411
1. EMBARGOS DECLARATÓRIOS.....	411
1.1. Conceito.....	411
1.2. Prazo.....	411
1.3. Hipóteses de cabimento. Natureza vinculada	411
1.4. Efeitos	413
1.4.1. Efeito modificativo ou infringente.....	413
1.4.2. Efeito interruptivo	414
1.4.3. Efeito devolutivo	414
1.5. Processamento	415
1.6. Embargos contra decisão monocrática do relator	415
1.7. Embargos e prequestionamento.....	416
1.8. Embargos protelatórios.....	416
2. RECURSO ORDINÁRIO	418
2.1. Conceito.....	418
2.2. Hipóteses de cabimento	419
2.3. Prazo.....	419
2.4. Procedimento	419
2.4.1. Juntada de documentos na fase recursal.....	420
2.5. Efeitos	421
2.6. Prescrição	422

2.7. Teoria da causa madura.....	422
2.8. Recurso ordinário no rito sumaríssimo	422
3. AGRAVO DE PETIÇÃO	423
3.1. Conceito	423
3.2. Hipóteses de cabimento	423
3.2.1. Delimitação de matérias e valores	425
3.2.2. Garantia integral do juízo.....	425
4. AGRAVO DE INSTRUMENTO	426
4.1. Conceito e finalidade	426
4.2. Natureza jurídica	426
4.3. Hipóteses de cabimento	427
4.4. Processamento	427
4.5. Depósito recursal	428
4.6. Efeito do agravo	428
4.7. Instrumento	429
5. RECURSO DE REVISTA.....	429
5.1. Conceito	429
5.2. Competência	430
5.3. Requisitos específicos	430
5.4. Hipóteses de cabimento	434
5.4.1. Fase de conhecimento – Rito sumaríssimo (§ 9º do art. 896 da CLT)	434
5.4.2. Fase de conhecimento – Rito ordinário (art. 896, “a” a “c”)	435
5.4.3. Fase de execução	438
5.5. Processamento	439
5.6. Recurso de revista repetitivo – Art. 896-B e 896-C da CLT	440
6. EMBARGOS NO TST.....	444
6.1. Conceito	444
6.2. Embargos de divergência	444
6.3. Embargos Infringentes.....	446
7. AGRAVO REGIMENTAL E AGRAVO INTERNO	447
8. RECURSO EXTRAORDINÁRIO	448
CAPÍTULO XV ▶ EXECUÇÃO TRABALHISTA	463
1. INTRODUÇÃO	463
2. PRINCÍPIOS	463
2.1. Princípio da primazia do credor trabalhista	463
2.2. Princípio do meio menos oneroso para o devedor.....	463
2.3. Princípio do título	463
2.4. Princípio do contraditório mitigado.....	464
2.5. Princípio da patrimonialidade	464
2.6. Princípio da efetividade	464
2.7. Princípio da utilidade	464
2.8. Princípio da disponibilidade da execução.....	464

2.9. Princípio do impulso oficial.....	465
2.10. Princípio da limitação expropriatória.....	465
3. DA AUTONOMIA DA EXECUÇÃO TRABALHISTA.....	465
4. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO PROCESSO CIVIL NA EXECUÇÃO TRABALHISTA.....	467
5. TÍTULO EXECUTIVO.....	468
5.1. Títulos executivos judiciais trabalhistas.....	469
5.2. Títulos executivos extrajudiciais trabalhistas.....	470
6. COMPETÊNCIA PARA A EXECUÇÃO.....	472
6.1. Pressupostos processuais e condições envolvendo a execução.....	473
7. O INTERESSE PROCESSUAL.....	473
7.1. A legitimidade processual.....	473
7.1.1. Legitimidade ativa.....	473
7.1.2. Legitimidade passiva.....	475
8. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL.....	475
9. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL NA SUCESSÃO DE EMPRESAS.....	476
10. RESPONSABILIDADE SECUNDÁRIA DA EMPRESA PERTENCENTE AO MESMO GRUPO ECONÔMICO.....	479
11. RESPONSABILIDADE SECUNDÁRIA DO DEVEDOR SUBSIDIÁRIO.....	483
12. RESPONSABILIDADE SECUNDÁRIA DO SÓCIO.....	484
13. FRAUDE À EXECUÇÃO.....	486
14. EXECUÇÃO PROVISÓRIA NO PROCESSO DO TRABALHO.....	486
14.1. Execução provisória de obrigação de fazer na justiça do trabalho.....	487
14.2. Liquidação de sentença.....	488
14.2.1. Liquidação por cálculos.....	488
14.2.2. Liquidação pelo procedimento comum – liquidação por artigos.....	491
14.2.3. Liquidação por arbitramento.....	492
15. EXECUÇÃO DEFINITIVA.....	492
16. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE.....	492
16.1. Penhora.....	498
16.2. Impenhorabilidade de bens.....	500
16.3. Penhora de percentual de faturamento de empresa.....	503
16.4. Depósito na Justiça do Trabalho.....	504
16.5. Execução contra a Fazenda Pública.....	505
17. MEIOS DE DEFESA NA EXECUÇÃO TRABALHISTA.....	506
17.1. Embargos à execução.....	506
17.2. Matérias que podem ser ventiladas no bojo dos Embargos à execução.....	507
17.3. Exceção/objeção de pré-executividade.....	510
CAPÍTULO XVI ► PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....	517
1. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE.....	517
1.1. Considerações gerais.....	517
1.2. Hipóteses de cabimento.....	517
1.3. Prazo.....	519

1.4.	Procedimento	520
2.	MANDADO DE SEGURANÇA	521
2.1.	Conceito	521
2.2.	Legitimidade ativa	523
2.3.	Legitimidade passiva	524
2.4.	Competência da justiça do trabalho	525
2.5.	Prazo	525
3.	AÇÃO RESCISÓRIA	527
3.1.	Considerações iniciais	527
3.2.	Cabimento	527
3.3.	Prazo	529
3.4.	Legitimidade	532
3.4.1.	Legitimidade ativa	532
3.4.2.	Legitimidade passiva	533
3.5.	Hipóteses de rescindibilidade	534
3.6.	Peculiaridades do processo da ação rescisória	538
3.6.1.	Depósito obrigatório	538
3.6.2.	Rescisória e execução	539
3.6.3.	Peculiaridades da petição inicial	539
3.6.4.	Prazo de defesa	540
3.6.5.	Revelia	540
3.6.6.	Reconvenção em ação rescisória	541
3.6.7.	Cabe rescisória de rescisória	541
4.	DISSÍDIO COLETIVO OU PROCESSO COLETIVO	542
4.1.	Introdução	542
4.2.	Classificação	543
4.3.	Poder normativo	543
4.3.1.	Impactos da reforma do Judiciário no Poder Normativo da Justiça do Trabalho – EC 45/04	544
4.3.2.	Limites do poder normativo	547
4.4.	Formas de solução dos conflitos	548
4.5.	Competência	549
4.6.	Legitimidade	549
4.7.	Sentença normativa	549
4.8.	Peculiaridades processuais	550
5.	AÇÃO DE CUMPRIMENTO	550
5.1.	Conceito	550
5.2.	Cabimento	550
5.3.	Competência	551
5.4.	Legitimidade	551
5.5.	Procedimento	552